



Nacional

Centrais Sindicais aprovam agenda unitária para eleição.

Ação Sindical

Conselho Deliberativo da FENATTEL pauta resoluções na Executiva Nacional do dia 12 de junho.

Economia

Desigualdade social é acirrada com desemprego.

DIEESE

Cenário Econômico: Cesta Básica sofre aumento.

FENATTEL apoia a Agenda Prioritária Nacional da Classe Trabalhadora levada aos candidatos.

Documento das Centrais Sindicais é a base para apoio a candidatos em Outubro. Leia nas páginas 4 e 5.



Ainda nesta edição

Trabalho

Assédio Moral: uma violência sutil

pág.7

Economia

50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza.

pág.3

Internacional

Na Inglaterra, 5º Congresso da UNI aprova Moção #LulaLivre.

pág.8



pág.8

Palavra do Almir

Chegamos ao meio do ano. Em meio a essa crise, o movimento dos caminhoneros sem lideranças institucionais, mas com alto grau de unidade foi um marco e uma lição para outras categorias de trabalhadores, inclusive a nossa.

Aqui a desorientação de muitos segmentos e diretores sindicais se manifesta com desrespeito a critérios e regras aprovadas em Congresso fazendo parecer que cada um pode fazer o que quer, sem se importar com os demais sindicatos, tentativas de implodir a federação, órgão de coordenação nacional das lutas da categoria. Como alguém usa a justificativa patronal da crise para levar a categoria a aprovação de uma

proposta ruim para a maioria sua base?

Uma proposta pior do que já havia sido rejeitada por outros sindicatos.

É isso que vem fraturando a capacidade de unidade da categoria e de dar respostas unitárias, porque na crise usam o lema:

"Farinha pouca, meu pirão primeiro."

De cada episódio devemos tirar lições, e buscar novos caminhos para trabalhar mais e melhor. Foi nesta direção que a assembleia do CD (Conselho Deliberativo) da Fenattel analisou a conjuntura nacional, com apoio do cientista sindical, João Guilherme Vargas Neto e votou ainda em apoio à Agenda Nacional da Classe Trabalhadora, em apoio à libertação

de Lula, mas também pela consolidação da Unidade com quem a UNIDADE, de fato.

Falamos da força da união, mas também que só a União nos dá forças - e não se pode estar, ao mesmo tempo, com quem se dedica a atacar a organização e a Federação de dentro para fora, escrevendo para empresas, desafiando critérios aprovados em Congressos e CDs, com quem está em comissões nacionais de negociação e ataca a entidade na mesa, em frente a patrões nem sempre tão "amigos" assim.

Além dos ataques de fora, de patrões e governo contra direitos adquiridos e contra a estrutura e capacidade de organizar dos sindicatos, (estes não podemos escolher ou impedir,) aos quais temo de resistir e lutar que é o que podemos fazer, somaram-

se os ataques internos sem razão objetiva, mas estes podemos escolher sim e o CD da FENATEL, face a isso deliberou por 14 votos a favor, 2 contra e 2 abstenções, encaminhar a filiação da FENATEL a uma das Centrais Nacionais, a UGT, inaugurando uma nova fase no projeto de unificar a categoria, ocupar espaços tripartites, camaras setoriais, com aval da Central, para levar as bandeiras do setor de Telecom que não estavam tendo vez nestes centros de decisão e encaminhamento.

Além disso, e independente da central que os sindicatos estejam filiados, continuamos a defender a UNIDADE pela Base, a articulação de negociações unificadas onde isso for possível, em torno de pautas nacionais de consenso.

As comissões na-

cionais de negociação também terão sua ação modificada daqui por diante; O CD aprovou que se discutam as cláusulas econômicas centrais, de oito a dez cláusulas nacionais comuns e as cláusulas de condições de trabalho, sociais e sindicais sejam encaminhadas para que sindicatos negociem regionalmente ou estadualmente diretamente com as empresas, sem poder contudo aceitar proposta abaixo dos itens nacionais, como no modelo utilizado na época do grupo Telebrás.

Talvez um recuo tático, um passo atrás, diante da pressão externa, para reorganizar, acumular forças e avançar dois, três passos à frente, novamente no enfrentamento, sobretudo com as empresas que sempre se opuseram de modo aberto

e pelo bastidor contra qualquer unidade intersindical, como a da operadora que nunca unificou a data base com as demais, como as prestadoras contratadas pela mesma que nunca se somaram à negociação de uma CCT seja na rede ou teleatendimento.

Esperamos que as empresas cresçam na sua visão de Relações Trabalhistas e fortaleçam seus sindicatos patronais, para que então possam ter vida como ocorre com metalúrgicos e outras categorias, as Convenções Coletivas. É a falta de organizações patronais capazes de falar por todo o setor que também jogam as relações trabalhistas no atraso.

Almir Munhoz,
Presidente da Fenattel

DIEESE

Cenário Econômico:

Custo da cesta básica aumentou em 18 cidades.

Em maio, o valor do conjunto de alimentos essenciais aumentou em 18 capitais, foi o que apontou a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

As altas mais expressivas foram registradas em Campo Grande (5,22%), Florianópolis (3,49%), João Pessoa (3,17%) e Fortaleza (3,12%). As reduções ocorreram em Manaus (-0,82%) e Belo Horizonte (-0,39%).

A cesta mais cara foi a do Rio de Janeiro (R\$ 446,03), seguida por Florianópolis (R\$ 441,62), São Paulo (R\$ 441,16) e Porto Alegre (R\$

437,73)

Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$327,56) e Recife (R\$ 336,36). Em 12 meses, entre maio de 2017 e 2018, os preços médios da cesta caíram em quase todas as cidades, com destaque para Recife (-11,34%), João Pessoa (-9,74%) e Belém (-8,74%). As altas foram registradas em Campo Grande (0,77%) e no Rio de Janeiro (0,78%). Nos cinco primeiros meses de 2018, todas as capitais mostraram aumento acumulado, com variações entre 1,27%, em Recife, e 8,70%, em Campo Grande.

Com base na cesta mais cara, que, em maio,

foi a do Rio de Janeiro, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em maio de 2018, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.747,10, ou 3,93 vezes o salário mínimo nacional, de R\$ 954,00.

Economia ■

Desigualdade: 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza.



O equivalente a 25,4% da população brasileira, 50 milhões de pessoas, vivem na linha da pobreza, com renda familiar equivalente a R\$ 387,07 — valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. O maior índice de pobreza é verificado no Nordeste, onde 43,5% da população estão nessa situação.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2017. O estudo revela algo que está estampado na realidade brasileira: vivemos em um país profundamente desigual, onde a renda per capita dos 20% que ganham mais (cerca de R\$ 4,5 mil), chega a ser mais de 18 vezes que o rendimento médio dos que ganham menos e com menores rendimentos por pessoa—cerca de R\$ 243.

Segundo as estatísticas do IBGE, 42% das crianças no Brasil (de 0 a 14 anos de idade) se enquadram nestas condições e vivem na

linha de pobreza. As regiões Norte e Nordeste apresentam os piores cenários, com 54% e 60% das crianças, respectivamente, vivendo em condição de pobreza — com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a meio salário mínimo.

No que diz respeito à distribuição de renda no país, a Síntese dos Indicadores Sociais 2017 comprovou, mais uma vez, que o Brasil continua com alta desigualdade de renda, inclusive quando comparado a outras nações da América Latina.

Entre as pessoas com os 10% menores rendimentos do país, a parcela da população de pretos ou pardos chega a 78,5%, contra 20,8% de brancos. No outro extremo, dos 10% com maiores rendimentos, pretos ou pardos respondiam por apenas 24,8%.

A maior diferença estava no Sudeste, onde os pretos ou pardos representavam 46,4% da população com rendimentos, mas sua par-

ticipação entre os 10% com mais rendimentos era de 16,4%, uma diferença de 30 pontos percentuais.

Na categoria dos estudos, ensino fundamental completo ou médio incompleto, por exemplo, a taxa de desocupação dos trabalhadores pretos ou pardos era de 18,1%, bem superior que o percentual dos brancos: 12,1%.

O percentual de jovens que não trabalham nem estudam aumentou 3,1 pontos percentuais entre 2014 e 2016, passando de 22,7% para 25,8%. Dados da SIS 2017 indicam que, no período, cresceu o percentual de jovens que só estudavam, mas diminuiu o de jovens que estudavam e estavam ocupados e também o de jovens que só estavam ocupados.

O fenômeno ocorreu em todas as regiões do Brasil. No Norte, o percentual de jovens nessa situação passou de 25,3% para 28,0%. No Nordeste, de 27,7% para 32,2%. No Sudeste, de 20,8% para 24,0%. No Sul, de 17,0% para 18,7% e no Centro-Oeste, de 19,8% para 22,2%.

Menos saúde e educação

Todo o pacote de maldades do governo Temer levou o país a alcançar altas taxas de desemprego, reduziu os ganhos dos trabalhadores, desregulamentou o mercado de trabalho, acabou com direitos conquistados com muito esforço e aumentou o empobrecimento das parcelas mais carentes e necessitadas da população.

A decisão do governo de congelar os gastos públicos por 20 anos agravou o cenário. Os investimentos mínimos para educação e saúde diminuem proporcionalmente à receita do país. Os brasileiros enfrentam a má qualidade do ensino público, os professores não são valorizados e, aos poucos, essa realidade tende a piorar. O acesso ao sistema de saúde irá piorar com essas medidas. Uma dura realidade que somente os mais pobres enfrentam com o aprofundamento das desigualdades.

Nacional

Centrais Sindicais aprovam a

No quadro político e de crise profunda que vive o país, lançado no abismo por um governo sem legitimidade, o movimento sindical dos trabalhadores não pode ficar indiferente e nem tampouco, reproduzir o que a grande mídia faz, que é reduzir o debate político à pessoas e siglas.

A questão para a eleição geral de outubro é deixar claro aos trabalhadores que não haverá um salvador da pátria, um ser mágico que irá aparecer com uma solução mágica para problemas estruturais e profundos.

Candidatos que se recusam a debater suas idéias representam o mesmo perigo que é dar um cheque em branco a um estranho. O ultimo que fez isso foi o sr Collor de Mello e que resultou no confisco da poupança, afinal ele não havia se comprometido com nenhuma proposta. Não podemos repetir o mesmo erro como nação.

As entidades sindicais devem deixar claro que só recomendarão o voto nos candidatos que se comprometerem com essa agenda unitária dos trabalhadores, independente de qual partido o candidato a deputado esteja vinculado.

Candidatos que votaram contra os interesses do povo e do país, como a deforma trabalhista e a entrega do pré sal, devem ser denunciados com a bandeira “**Votou contra o povo – Não volta!**”

A agenda unitária é ampla, visa promover políticas de recuperação rápida do emprego, desenvolvimento industrial, fim da farra dos banqueiros e cada sindicato deve procurar candidatos em seus estados, convidá-los para debates em suas sedes e apresentar essas propostas por escrito. Aquele que se comprometer em votar e defender as nossas bandeiras no Congresso Nacional, merece o voto!



Confira abaixo a íntegra da Agenda da Eleição de Outubro

O Fórum das Centrais lançou na quarta-feira (dia 06/06), a partir das 10h, a chamada “**Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora**”. Pauta com 22 itens que será apresentada aos candidatos às eleições deste ano – que os dirigentes esperam ser “livres e democráticas”. Assinada por CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT, a agenda será divulgada em evento na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo. É um documento com “propostas para o desenvolvimento do Brasil”, afirmam as entidades. O texto foi discutido durante meses entre as centrais, sob coordenação do Dieese.

É um documento conjunto, embora os dirigentes das centrais tenham opções eleitorais diferentes neste ano. Em 2010, quando várias entidades fizeram encontro no estádio do Pacaembu, em São Paulo – chamada de nova Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) –, houve convergência em torno do nome de Dilma Rousseff (PT), o que já não se repetiu na eleição seguinte (2014).

As centrais “*consideram as eleições livres e democráticas em 2018 primordiais para a construção de compromissos com a futura agenda de desenvolvimento do País, para a qual o mundo do trabalho deve ter centralidade estratégica*”.

Entre as medidas emergenciais, estão ações de combate ao desemprego, com retomada de obras de infraestrutura e políticas de apoio aos desempregados. Os sindicalistas também querem a revogação das leis 13.467, de “reforma” trabalhista, e 13.429, da terceirização ilimitada, além da Emenda Constitucional 95, que fixou teto para investimentos públicos por vinte anos.

No dia 20 de junho os sindicalistas vão levar o documento a líderes partidários e aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Também está prevista a entrega, nos próximos meses, para candidatos à Presidência da República.

Agenda unitária para eleições.

Confira as propostas da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora:

1. Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego crescentes, que já atingem 28 milhões de trabalhadores:

- a.** Criar frentes de trabalho como medida emergencial, com atenção especial para os jovens;
- b.** Retomar as obras de infraestrutura;
- c.** Políticas de amparo aos desempregados: aumento das parcelas do seguro-desemprego, vale-transporte para o desempregado, vale-gás, subsídio de energia elétrica, entre outros.

2. Democratizar o sistema de relações de trabalho, fundado na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindiais; favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário democraticamente definido em assembleia.

3. Regular o direito de negociação coletiva para os servidores públicos, em todas as esferas de governo, segundo os princípios da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

4. Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo.

5. Definir a jornada de trabalho em 40 horas semanais.

6. Revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Lei 13.467 (Reforma Trabalhista) e da Lei 13.429 (Terceirização), que precarizam os contratos e condições de trabalho, na perspectiva da construção de um novo estatuto, com valorização do trabalho.

7. Combater a informalidade, a rotatividade, o trabalho análogo ao escravo e eliminar o trabalho infantil, no campo e na cidade.

8. Regulamentar o inciso 27º do artigo 7º da Constituição, que garante proteção trabalhista para

os impactos das transformações tecnológicas e econômicas.

9. Assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social, promovendo a universalização; garantir, diante das mudanças no mundo de trabalho e da transição demográfica, a sustentabilidade financeira do Sistema, com permanente participação social na gestão.

10. Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, e criar uma norma coerente com o papel do Estado no desenvolvimento do País, cuja elaboração inclua participação social, que integre também a avaliação permanente da regra orçamentária.

11. Promover reforma tributária orientada pela progressividade dos impostos, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à simplificação, à transparência e ao combate à sonegação.

12. Reestruturar, fortalecer e ampliar a capilaridade do Sistema Público de Emprego voltado para a proteção do emprego e o combate à demissão imotivada; articulando e ampliando a proteção aos desempregados, os programas de formação profissional, a intermediação de mão de obra e o microcrédito produtivo; recuperando a capacidade de financiamento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; investindo na efetividade dos conselhos em todos os níveis.

13. Universalizar o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, orientada pelos princípios da liberdade, da cidadania e para o aprendizado e o conhecimento, em um mundo em mudança; rever e reorganizar o ensino médio e profissionalizante, com políticas voltadas ao ingresso do jovem no mercado de trabalho.

14. Fortalecer o Sistema Único de Saúde, com integralidade e universalidade, ampliando a oferta de serviços e garantindo o financiamento público;

promover a política de saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

15. Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o re - adensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

16. Fortalecer a engenharia nacional e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural.

17. Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular acesso ao sistema de inovação tecnológica, favorecer a integração aos mercados internos e externos, fornecer assistência para a gestão e promover acesso ao crédito.

18. Fortalecer o papel estratégico das empresas públicas (sistemas da Eletrobrás, Petrobras, CEF, BB, bancos públicos, entre outros) para a promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social.

19. Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.

20. Fortalecer e ampliar as políticas sociais de combate à pobreza, miséria e redução da desigualdade social e de renda.

21. Fortalecer as políticas voltadas para a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

22. Ampliar e efetivar políticas, programas e ações para promover a igualdade para mulheres, negros, jovens, LGBTQI e migrantes.

Ação Sindical

Conselho Deliberativo da FENATTEL pautou suas resoluções neste documento da Executiva Nacional do Dia 12 de Junho.

A direção executiva e o CD da FENATTEL prestaram homenagem à memória do dirigente prematuramente falecido José Carlos Guicho, reverenciando sua dedicação nas últimas décadas ao esforço de negociações nacionais da categoria, sendo que o presidente Almir Munhoz ofereceu um relato destas contribuições e a seguir os presentes de pé, cumpriram um minuto de silêncio pelo companheiro Guicho. Também foram informadas as mensagens de condolências à família e em solidariedade aos familiares, inclusive do presidente da FITRAT-TELP, João Moura.

O companheiro Jefferson Borges Silveira (MS), passou a integrar a diretoria Executiva, aprovado pelo CD por unanimidade.



Estamos vivendo a fase de agonia do governo mais impopular da história do Brasil. Faltam longos meses para que o governo interino do “pós golpe” seja encerrado.

Os danos quase que irreversíveis que as forças e setores que o colocaram no poder causaram ao país e ao povo, deixaram os brasileiros primeiro, em estado de perplexidade, depois em descrédito na Política, vivemos um refluxo importante, e agora movidos pela extrema necessidade começam articulações de grandes movimentos capazes de sacudir essas estruturas.

O movimento sindical foi estruturalmente atingido e ainda resiste para reverter os danos, ainda que internamente lute contra a desorientação e os atalhos que não levarão a vitórias.

O país e a sua soberania foram atacados, com a entrega das reservas do pré-sal, com a aprovação de leis que colocam em risco a Amazônia (maior fonte de água potável no mundo) e o meio ambiente.

O governo anti-povo atacou como nunca a Educação, a Saúde e as políticas de proteção social, mas foi derrotado na sua tentativa de acabar com a previdência pública, o que atenderia demandas dos monetaristas e dos bancos privados.

Em suma o atual desgoverno no plano político serve aos interesses dos mais ricos daqui e do exterior, às grandes corporações (que são mais ricas do que 120 países juntos), e que determinaram que o sonho dos brasileiros por uma vida digna quando atingimos o pleno emprego e a condição de sexta maior economia do mundo fosse subitamente interrompido e adiado sem data para um futuro distante.

Contaram com a adesão interna de uma elite de empresários tacanhos, atrasados que fingiram não ver que cortando seus gastos com salários e direitos sociais, cortavam justamente o poder de compra de seus consumidores no varejo.

Chegamos a 14 milhões de desempregados e como fruto da lei criminosa e inconstitucional chamada Deforma Trabalhista, cerca de 27 milhões de brasileiros estão entre o desemprego e o subemprego de tempo parcial, já na linha da pobreza e abaixo dela, magotes de famílias foram morar nas ruas nas grandes cidades.

No plano político, a perseguição ao que o companheiro ex-presidente LULA simboliza, sofre pesada pressão internacional, maior até do que aqui dentro, onde o peso da manipulação das grandes mídias dirige a atenção e dita o comportamento de milhões de brasileiros.

Vivemos as consequências de uma guerra sem armas movida pelos países e grupos internacionais que assaltaram o Estado e definem a política interna. Contam menos os nomes de partidos ou políticos, meras marionetes destes interesses econômicos perversos.

A palavra de ordem única para o movimento sindical é RESISTIR, DENUNCIAR, ORGANIZAR E LUTAR. Inclusive para intervir duramente na campanha eleitoral geral de outubro de 2018. Impedir que os canalhas que se venderam votando contra o povo retornem à Câmara e ao Senado.

Colecionamos derrotas no parlamento, cada uma teve a lista de quem votou contra o povo e quanto isso custou em dinheiro público. Ao mesmo tempo temos que colocar o programa de unidade dos trabalhadores no centro do debate político e apontar com Inteligência quais candidatos em cada estado que devem receber a orientação do voto da categoria.

Não basta olhar para baixo, reclamar da atitude dos patrões da rede, do teleatendimento e deixar que os deputados deles continuem a passar o trator nos nossos direitos enquanto eles na mesa de negociação colhem os frutos podres das políticas que (a CNI, CNA etc) ditaram aos políticos marionetes.

É hora de olhar firme nos olhos, uns dos outros e olhar a expressão dos trabalhadores e dizer claro: Temos que lutar e podemos vencer! Acabar com a letargia e desânimo que a mídia golpista tenta impor ao povo.

Não é hora de voto nulo, não é hora de se ausentar das urnas. O País não suporta mais quatro anos de políticos

serviçais dos grupos econômicos daqui e de fora!

Vamos resgatar no povo brasileiro a chama de que temos de ser protagonistas no projeto de um país socialmente justo e desenvolvimentista, contra os tubarões da especulação financeira mundial. Quem não entender o que está em jogo e qual é o combate, já está de antemão derrotado e não há salvação isolada, individual, ou quem achar que pode se dar bem individualmente em meio ao caos será varrido das organizações sociais.

A greve dos caminhoneiros foi um ensaio de que mesmo sem lideranças institucionais a força e poder da unidade para golpear duramente os grupos econômicos mais poderosos que amargaram graves perdas em dez dias, se fez sentir para quem quis enxergar o que de fato ocorreu, E QUE NÃO FOI O QUE MÍDIA MOSTROU.

Como bem situou João Guilherme Vargas Neto em seu texto “Agora é outubro” ... “As próximas eleições gerais em outubro vão definir o quadro institucional em que se travarão as lutas futuras a partir da correlação de forças democraticamente aferida pelas urnas.

E, deste ponto de vista, as eleições gerais exigem que o movimento se preocupe com todos os cargos em disputa ainda que formalmente não se deva falar de uma “chapa” única porque o voto não é vinculado e as entidades têm simpatias e orientações diversas.

Vejamos o exemplo da revogação da lei celerada. Não basta que o candidato a presidente assim se posicione, embora isto seja muito importante. É preciso garantir também uma correlação de forças na futura Câmara dos Deputados e no futuro Senado favorável a tal intenção.

De modo semelhante devemos raciocinar a respeito da manutenção da política de valorização do salário mínimo, o que nos obriga a nos preocuparmos também com as bancadas estaduais de deputados e com os governadores a serem eleitos (no caso dos salários mínimos regionais, por exemplo).

Sem partidarismos o movimento sindical deve escolher, desde já, um conjunto de candidatos a serem apoiados e, mais que apoiados, que contem com o suporte orgânico e com a experiência do movimento sindical.

Estes candidatos pertencentes aos mais diversos partidos (e que não constituem o que se chama uma “bancada sindical”) devem ter um ponto em comum: sua simpatia e seu comprometimento com a agenda prioritária e unitária do movimento sindical apresentada à sociedade (aos candidatos e aos eleitores) pelas centrais sindicais. (Veja os 22 pontos nas páginas 4 e 5).

Em cada campanha eleitoral o movimento deve se articular para, com a proximidade ao candidato, reforçar o peso de nossa participação e garantir nossa influência na vitória dele.

Trabalho

Assédio moral: uma violência “sutil”?



O ato de expor a outra pessoa a situações humilhantes no ambiente de trabalho, constantemente, se caracteriza como assédio moral. Assédio é um assunto sério, pois mexe com a estabilidade emocional e pode levar a casos de depressão, ansiedade e muitos outros efeitos que levam qualquer pessoa a adoecer. Essa é uma cultura perversa que está enraizada em muitas empresas.

O insistente comportamento abusivo por parte do chefe geralmente se inicia de modo sutil e, aos poucos, leva o subordinado ao sofrimento e sensação de mal estar. As palavras, atos, gestos que humilham trazem danos à personalidade, à dignidade e à integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocando em perigo sua permanência no emprego.

A prática de constranger e ridicularizar o empregado surgiu juntamente com o início do trabalho, onde muitos patrões se acostumaram a ameaçá-lo para conseguir os resultados desejados. Essa cultura do assédio se perpetua nas empresas e se espalha como sinônimo de bons resultados. Os chefes passam por cima de todo bom senso e respeito humano em nome do lucro.

O setor de teleatendimento é cercado por maneiras de manipulação e pressão aos empregados. Os dirigentes sindicais devem estar com sua atenção, cada vez mais, voltada para coibir abusos que surgem no cotidiano das

empresas, como a utilização exata do script; controle das pausas e do uso do banheiro; más condições de trabalho; remuneração inadequada; alta rotatividade; metas inatingíveis e avaliações subjetivas.

A cultura do assédio moral contamina diversas empresas e faz com que a palavra “chefe” seja sempre relacionada a características negativas. O cinema já retratou relações abusivas com chefes insuportáveis, que se assemelham muito à realidade. Para combater a prática do assédio precisamos falar exaustivamente sobre o assunto e conscientizar sobre esse enorme problema presente em nossa sociedade.

Assédio horizontal

Os patrões pregam um modelo de gestão em que vale tudo em nome de bons resultados, inclusive maltratar os funcionários. Esse mau exemplo gera uma cultura organizacional de desrespeito, ofensas, pressão e isso se reflete, inclusive, na relação entre os colegas de trabalho.

Apesar de ser mais comum na relação hierárquica (com o chefe), o assédio moral também se manifesta entre colegas de trabalho. As atitudes dos assediadores, repetidas com frequência, se tornam insustentáveis no convívio diário.

Infelizmente, estamos tão acostumados com relações de assédio no ambiente de trabalho que as essas situações acabam passando despercebidas. Ter um chefe difícil de conviver parece uma redundância atualmente. Ter colegas de trabalho que são verdadeiros parceiros no dia a dia, que não desejam “puxar o tapete”, é sinônimo de ser uma pessoa de sorte.

Com receio de deixar o ambiente “pesado” ao contar a algum chefe (às vezes o superior não tem bom senso para lidar com a situação), muitas pessoas aguentam caladas o assédio por parte dos colegas. E não estamos falando de brincadeiras saudáveis, em que ambos se divertem com as piadas, mas de um comportamento sutil abusivo, que expõe a pessoa e a deixa sem graça, sempre com um tom de piada, e, por isso, fica complicado comprovar que está sofrendo bullying.

E, neste cenário, surge aquela máxima: “Foi só uma brincadeira, se não gosta desse tipo de piada, então é só falar”. A partir daí, a pessoa assediada passa a sofrer ainda mais, pois além de saber que as brincadeiras feitas desde então tem um fundo de verdade, passa a ser excluída dos momentos de descontração, prejudicando também seu relacionamento profissional nas atividades do trabalho.

Não permita que te ofendam. Diga o que pensa em voz alta e expresse-se claramente, explicando que essas palavras machucam você e que não devem ser repetidas novamente. Estabeleça limites e barreiras que os demais não devem ultrapassar. Não permita que te ridicularizem e humilhem pelo seu modo de falar, de andar, por sua religião, seu posicionamento político, por suas características físicas, etc.

Os trabalhadores precisam entender que estão todos no mesmo barco e refletir que a cultura do assédio moral, infelizmente, está tomando conta das relações. Não podemos aceitar o modelo de desrespeito imposto pelos patrões. Nesse modelo o ódio impera e leva os trabalhadores à divisão, mas nós precisamos é de união e não podemos aceitar o pacote de humilhação e desrespeito.

Internacional

UNI aprova, no 5º. Congresso Mundial, Moção de Solidariedade aos Trabalhadores brasileiros e ao Presidente Lula.



A resolução votada em Liverpool -Inglaterra no 5º. Congresso Mundial do nosso Sindicato Global – (Union Network International), que congrega sindicatos de 150 países, representando 20 milhões de trabalhadores no mundo, em solidariedade às lutas dos trabalhadores brasileiros e ao ex-presidente LULA!

Segue a íntegra da Moção no. 5 sobre o Brasil, aprovada em Liverpool (Inglaterra) no Congresso da UNI.

UNI

- Denunciamos o atentado contra a democracia por parte do atual governo brasileiro, que chegou ao poder expulsando ilegitimamente a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff.

- Condenamos a reforma da legislação trabalhista e o ataque contra o movimento sindical que debilita o direito dos trabalhadores a serem representados por sindicatos e de participar na negociação coletiva, impede o financiamento da atividade sindical e promove o trabalho irregular.

- Denuncia o ataque contra a soberania do povo brasileiro pela entrega ao capital internacional, verdadeiro patrocinador do golpe de estado brasileiro, das terras, de recursos minerais, do petróleo e de recursos

hídricos.

- Denuncia o desmantelamento do Estado brasileiro ao congelar-se o orçamento federal por 20 anos e ao entregar o patrimônio público através de concessões e privatizações das empresas do povo brasileiro.

- Denuncia os ataques contra a previdência pública e universal para favorecer aos bancos privados que irão retirar o direito a aposentadoria de milhões de brasileiros.

- Denuncia a criminalização dos movimentos sociais e a violência policial na repressão da manifestação pacífica do povo.

- Denuncia as tentativas da mídia e legislativas para promover a fraude eleitoral e impedir ao ex-presidente Lula de participar nas eleições de 2018.

- Pedimos a Libertação do Presidente LULA, agora um prisioneiro político, incluindo um Julgamento Justo e Imparcial, que lhe permita ser candidato nas próximas eleições e que permita ao povo brasileiro eleger democraticamente quem quiser que seja o próximo presidente do Brasil.

- Desenvolverá atividades conjuntas com as afiliadas para combater as consequências do golpe de estado e defender a democracia e os direitos trabalhistas.



Expediente:

Jornal da Fenattel é órgão oficial da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações
 Presidente: Almir Munhoz
 Editor: José Luiz Passos API 1874
 Redação : Niviane Estavarengo MTB 82.671
 Projeto Gráfico e Diagramação: lckd.
 CNPJ 25.241.918/0001-53
 www.fenattel.org.br
 Rua Santa Isabel, 160 1º andar cj 11 Centro São Paulo, SP
 Cep 01221-010